



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

16.med2@capes.gov.br

## **RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE MEDICINA II**

Dia: 27 de novembro de 2012

Local: Sede da CAPES – Brasília/DF

No dia 27/11/12, reuniram-se em Brasília, no edifício da CAPES, os coordenadores da Área Medicina II (João Pereira Leite e Geraldo Brasileiro Filho), consultores convidados (Gil Guerra Júnior, Aluísio Augusto Cotrin Segurado, Antonio Augusto Moura da Silva, Luis Augusto Paim Rohde e Jerônimo Gerolin) e representantes de cerca de 40 programas de pós-graduação, na sua maioria os coordenadores, mas em muitos deles também os sub-coordenadores e, eventualmente, outros docentes. A reunião iniciou-se às 9:15 horas, quando o Prof. João Pereira Leite recebeu os participantes e comunicou a pauta dos trabalhos, destacando que a reunião teria uma parte voltada para a apresentação de dados sobre o processo avaliativo, seguida de debate com os presentes, e outra que contaria com os Diretores de Avaliação (Prof. Lívio Amaral), de Bolsas e Programas (Prof. Márcio de Castro e Silva Filho) e de Relações Internacionais (Profa. Denise de Menezes Neddermeyer). Logo em seguida, iniciou sua apresentação mostrando os fundamentos sobre o Qualis Periódicos, chamando a atenção que a área Medicina II irá adotar, para classificar os periódicos, tanto o Fator de Impacto (ISI) como o *Cites per Doc* (Scimago), escolhendo para a classificação o que tiver maior valor em cada periódico. Para isso, a coordenação da área revisou recentemente todos os periódicos e elaborou sua estratificação conforme as recomendações da Diretoria de Avaliação (o Webqualis da área já está disponível na web para consulta). Segundo essas recomendações, houve necessidade de alterar pouco os valores de FI (ou cites per doc) nos diferentes estratos, conforme já está disponível nos documentos eletrônicos da área. Mais adiante, discutiu as Portarias 1 e 2, de 2012, da CAPES, que tratam da vinculação dos docentes aos programas e do número máximo de orientandos que um docente pode ter. A partir dos dados dos últimos 5 anos (2007 a 2012), concluiu que o número máximo de orientandos por orientador não é tão preocupante na área, pois a quase totalidade dos programas já respeita números consensualmente aceitáveis; poucos programas têm orientadores com mais de 8 discentes (em torno de 3-4% dos orientadores, sendo que menos de 1% deles têm mais de 15 alunos sob orientação). Quando se avalia o desempenho e a produtividade desses orientadores, vê-se que são em geral produtivos. Por outro lado, nesse quesito o que causa bastante preocupação é o fato de cerca de 20% dos docentes permanentes, em cada ano, não terem sequer um aluno sob orientação. Mais adiante, além de ter chamado a atenção mais uma vez sobre a importância da produção intelectual dos docentes, que sempre teve peso considerável na avaliação, reforçou a importância de que os artigos publicados devem ter participação dos discentes do programa, pois o que está sendo



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

16.med2@capes.gov.br

avaliado é a produção da pós-graduação, ou seja, dos seus docentes e discentes. Em seguida, comentou que a área continuará utilizando o aplicativo eletrônico desenvolvido pelo consultor Jerônimo Jerolin, agora ampliado em relação do que foi empregado na avaliação de 2010; este programa possibilita a análise detalhada de todos os indicadores numéricos de desempenho dos programas, permitindo maior agilidade e melhor consistência na avaliação. Por último, comentou que as diretrizes gerais da avaliação de 2013 serão as mesmas de 2010. Sobre os indicadores quantitativos para atribuição de notas, comentou que serão necessárias várias simulações a partir dos dados disponíveis (considerando pelo menos os dois primeiros anos do triênio) para estabelecer quais serão os intervalos numéricos para os diferentes itens e quesitos da avaliação. Às 11:00 horas o Prof. Lívio Amaral foi recebido pelo grupo e fez apresentação formal sobre vários aspectos da pós-graduação, tendo destacado inicialmente alguns pontos mais relevantes do VI Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Entre os muitos assuntos abordados, o Prof. Lívio mostrou dados atualizados sobre a formação de mestres e doutores no país e as publicações científicas no Brasil e no mundo, destacando a forte correlação existente entre a expansão da pós-graduação e o incremento quantitativo da produção científica brasileira. Salientou ainda a importância de todas as etapas do sistema educacional (desde o ensino elementar, passando pelo básico, médio e superior) no sentido de permitir a chegada de alunos bem preparados aos cursos de pós-graduação, a fim de dar continuidade ao processo formativo e possibilitar a formação de mestres e doutores indispensáveis para que o Brasil possa continuar na sua trajetória de inserir-se cada vez de forma mais efetiva entre os países desenvolvidos. Nesse mesmo contexto, comentou a vinculação recente da CAPES na Educação Básica, concluindo que o país precisa preocupar-se em prover boa educação e boas oportunidades em todas as fases, de modo a que a pós-graduação possa contar com um contingente numeroso e qualificado de alunos. Por último, solicitou contribuições de todo o grupo sobre formas de incrementar e aperfeiçoar o trabalho que já vem sendo feito no sentido de fortalecer a Educação Básica. Em seguida, houve extensa e profunda discussão sobre várias questões. O Prof. Lívio deixou o grupo às 13:15 horas. Os trabalhos foram retomados às 14.30 horas, quando a palavra ficou livre para comentários, perguntas e posicionamentos dos presentes. Após cada intervenção (ou grupo de intervenções sobre um mesmo tema), os coordenadores e os consultores da área deram seus pontos de vista e procuraram esclarecer as dúvidas levantadas. Esse foi de fato um momento muito rico e importante para todos, inclusive porque muitos questionamentos são comuns a vários programas. Os temas comentados/abordados foram: 1) falta de campos no Coleta Capes para inserir alguns dados específicos; 2) impacto de bolsa de produtividade em pesquisa dos docentes na avaliação dos programas; 3) número de programas em que um mesmo professor pode atuar como docente permanente; 4) número máximo de orientandos por docente; 5) porcentagem da produção intelectual dos programas com autoria/co-autoria de discentes; 6) valorização do médico residente nas publicações, a exemplo do que é feito para graduandos, mestrandos e doutorandos; 7) dificuldades operacionais para utilização dos recursos do PROAP; 8) carência de bolsas para pós-graduandos em alguns programas e critérios para alocação delas (qual flexibilidade pode ser admitida nessa questão, algo que já foi comentado no passado mas que até hoje a CAPES não deu resposta objetiva a alguns questionamentos feitos); 9) indicadores de internacionalização dos programas. Após intensa discussão do tema, foram reunidas



as seguintes recomendações sobre o quê poderá ser considerado na avaliação: a) orientações para receber alunos estrangeiros (*website* em outro idioma, medidas de acolhimento de estrangeiros etc.); b) disciplinas ministradas em outra língua; c) porcentagem de alunos graduados no exterior; d) número de discentes que fizeram estágio ou treinamento no exterior (p.ex., doutorado sanduíche); e) número de discentes que apresentam trabalhos em eventos no exterior; f) número de titulados com duplo diploma (no Brasil e em outro país); g) porcentagem de docentes que fizeram estágio, treinamento ou pós-doutorado no exterior ou que ministraram aulas ou cursos em outros países; h) captação de recursos para pesquisa em agências de fomento do exterior; i) atuação de professores de outros países em disciplinas ou orientação/co-orientação de discentes; j) organização de eventos científicos internacionais; k) participação no corpo editorial de periódicos estrangeiros; l) pesquisas e publicações conjuntas com pesquisadores de outros países; 8) formas de atuar na Educação Básica. Neste último tópico, houve divergências de opiniões, alguns defendendo que a CAPES deve envolver-se e atuar de modo ativo no fortalecimento da educação básica, enquanto outros consideram que tal atividade não cabe à CAPES ou aos programas de pós-graduação, devendo ser atribuição do Poder Público ou das Universidades como instituições de ensino. As ações sugeridas de como a pós-graduação contribuir no assunto foram: 1) reunir as experiências já em andamento no país e procurar implantá-las em outras instituições. Nesse sentido, alguns relataram as experiências de suas instituições, algumas aparentemente bem promissoras, como programas de Iniciação Científica Júnior, para alunos do ensino médio, que permite despertar nesses alunos o interesse para a pesquisa, maior contato deles com a vida acadêmica e interação de docentes e discentes da universidade com seus pares do ensino básico; 2) integração com professores e escolas do ensino médio no sentido de promover ações de educação em saúde e formas de atualização/treinamento dos docentes sobre alguns aspectos de doenças prevalentes, suas causas e modos de preveni-las. Na área da saúde, os alunos e professores da pós-graduação têm muito a oferecer em termos de treinamento e orientação de professores e alunos do ensino médio; 3) atividades científico-culturais a serem oferecidas pelas universidades nos períodos de férias, que possibilitam imersão dos alunos do ensino médio na vida acadêmica; 4) dar oportunidades nas universidades aos melhores alunos das escolas do ensino médio, especialmente das públicas, para que tais jovens possam expressar e aprofundar seus talentos. Como é notoriamente sabido, jovens brilhantes intelectualmente existem em todos os extratos sociais; 5) interagir e contribuir para a melhoria dos cursos de graduação. Em geral, muitos docentes da pós-graduação atuam também na graduação, de modo que poderiam explorar mais e debater a importância, o alcance e o significado da investigação científica na formação dos vários profissionais, procurando mostrar o papel da pós-graduação, até mesmo como uma forma de incentivar e motivar os estudantes a seguirem um curso de pós-graduação. Outra maneira de a pós-graduação envolver-se na graduação é mediante o aperfeiçoamento da avaliação dos cursos de graduação. Como a avaliação da pós-graduação é algo reconhecidamente exitoso, as competências dos consultores das áreas poderia servir para melhorar a avaliação dos respectivos cursos de graduação. Na Medicina, em particular, essa seria uma forma muito importante de a pós-graduação contribuir para a melhoria dos cursos de graduação. Ao final dos trabalhos, ficou a impressão de que o encontro foi muito produtivo, pois permitiu a todos melhor conhecimento da pós-graduação e do processo



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

16.med2@capes.gov.br

avaliativo, além de terem sido feitas algumas orientações/recomendações práticas para o trabalho dos coordenadores. Por último, o encontro serviu ainda para possibilitar o contato entre os coordenadores de programas entre si e com os coordenadores e alguns consultores da área Medicina II. A reunião foi encerrada às 17:10h.

Nota: os professores Márcio Castro e Silva e Denise de Menezes Neddermeyer não puderam comparecer ao encontro.